

RECURSO ADMINISTRATIVO

LICITAÇÃO COHAPAR nº 18/2025 – Ata nº 76/DELI/2025 (02/09/2025)

Recorrente: ATS ENGENHARIA LTDA – CNPJ 28.458.210/0001-47

Autoridade Recorrida: Comissão Especial de Contratação – COHAPAR

Assunto: Interposição de recurso contra a decisão de inabilitação (itens 4.2.1, a.3; 4.2.2, a.1 e a.2; e 4.7.1 a.1 – Anexo II)

À Egrégia Comissão,

I – Tempestividade e cabimento.

O presente recurso é tempestivo, interposto dentro do prazo legal de 5 (cinco) dias úteis contado da ciência da decisão, nos termos do art. 59, §1º, da Lei 13.303/2016 (fase recursal única). Requer-se, desde já, a concessão de efeito suspensivo, em homenagem ao resultado útil do processo e ao formalismo moderado, evitando-se prejuízo irreversível à isonomia, à competitividade e ao interesse público.

II – Síntese do julgamento.

A Ata nº 76/DELI/2025 registrou a inabilitação da ATS quanto aos seguintes pontos: (A) ausência de atestado/CAT do profissional Ramon Pires para Projeto de Fundações $\geq 1.000 \text{ m}^2$ (item 4.2.1, a.3); (B) desconsideração dos atestados do profissional João Alberto Menon por suposta vinculação a pessoa física (itens 4.2.2, a.1 e a.2); e (C) capacidade técnico-operacional da empresa aquém de 1.000 m^2 (item 4.7.1 a.1). Os demais requisitos foram cumpridos e o Termo de Compromisso (Anexo I-D) foi readequado, ponto tido por sanado.

III – Razões do recurso

(A) Profissional de Projeto de Fundações – item 4.2.1(a.3)

1. **Fato e prova já apresentada.** Em diligência, demonstrou-se que o Projeto Estrutural executado pelo Eng. Ramon Pires (CREA-PR 101.086/D) inclui o Projeto de Fundações como parte integrante e indissociável do escopo, com base técnica em ABNT NBR 6122 (fundações) e ABNT NBR 6118 (estruturas), abrangendo área total superior a 1.000 m^2 . Foi juntada Declaração do Autor Técnico (15/08/2025), na qual o engenheiro descreve expressamente o conteúdo de fundações (plantas de locação, detalhamento de blocos/sapatas/estacas, vigas de fundação, quadros de cargas etc.) e se coloca à disposição para exibir pranchas e memoriais.
2. **Diligência complementar necessária (prova pré-existente).** Requer-se, no bojo deste recurso, a realização de diligência complementar para exibição das pranchas

e memoriais de fundações já produzidos antes da abertura da sessão (fato pré-existente). A jurisprudência do TCU firmou ser lícito admitir, em diligência, documento que apenas ateste condição pré-existente, inclusive CAT/peças emitidas depois para comprovar fato anterior (Acórdãos 1.211/2021 e 2.443/2021 – Plenário).

3. **Enquadramento técnico-normativo.** A NBR 6122 dispõe sobre o projeto e a execução de fundações de todas as estruturas, integrando-se à NBR 6118. No mercado, é usual licitar/atestar “Estrutural e Fundações” conjuntamente. A prova pretendida não altera a substância: apenas evidencia que o escopo já incluía fundações — aptidão existente à época da sessão. **Pedido específico (A):** i) reconhecer que o atestado/CAT de Projeto Estrutural abrange o requisito de fundações do item 4.2.1(a.3); ou, subsidiariamente, ii) determinar diligência para exibição das pranchas/memoriais (com ART/CAT correlatas) e valorar essa prova como condição pré-existente.

(B) Atestados do João Alberto Menon – itens 4.2.2(a.1) e (a.2)

1. **Quadro fático.** O atestado do profissional João Alberto Menon foi emitido em nome da pessoa jurídica **IRAVEL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA (PJ)**, em papel timbrado e com assinatura por seu administrador, enquanto a **CAT** correlata faz referência nominal a **José Luiz Holanda** (pessoa física), administrador à época. A Ata registrou a nota de não aceitação com base em “CAT com contratante pessoa física”, a partir do chamado **Questionamento 01**.
2. **Vinculação ao edital e à lei.** O item de qualificação técnica exigiu atestado(s) emitido(s) por **pessoa jurídica, acompanhados da respectiva CAT**, para comprovação da experiência. **Não há** redação expressa determinando que a **CAT**, em seu campo “contratante”, deva necessariamente replicar a pessoa jurídica. A **Lei 13.303/2016** tampouco disciplina o formato da CAT (ato do **CREA/CONFEA**). Assim, atendida a finalidade — **atestados em PJ idôneos** — eventual menção ao **representante pessoa física** na CAT caracteriza **vício meramente formal**, não de substância.
3. **Prova societária e finalidade do ato.** A condição de pessoa jurídica da **IRAVEL** e a representação por **José Luiz Holanda** estão comprovadas por **certidões da Junta Comercial** (Inteiro Teor e Simplificada), o que reafirma que o atestado foi praticado em nome da **PJ**. O conjunto **atestado (PJ) + CAT** cumpre a finalidade de comprovar a **aptidão técnica**, devendo prevalecer o **formalismo moderado** e a **vinculação ao edital** (que não impôs a exigência específica quanto ao campo “contratante” da CAT).
4. **Diligência saneadora (CREA/PR).** Caso remanesça dúvida meramente formal, requer-se a realização de **diligência ao CREA/PR** para: (i) **confirmar** que a contratação e a emissão do atestado são da **pessoa jurídica IRAVEL**; e (ii) viabilizar, se necessário, a **RETIFICAÇÃO da CAT** para constar a **PJ** como contratante, **sem inovação de mérito**, apenas refletindo a realidade **preexistente**. A jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.211/2021 e 2.443/2021, Plenário) admite a juntada/retificação de documentos destinados a **comprovar condição pré-existente** à sessão, inclusive **CAT** emitida posteriormente quando retrata fato

pretérito.

Pedido específico (B): i) reconhecer a validade e **computar** os atestados do profissional **João Alberto Menon** emitidos por **pessoa jurídica (IRAVEL)**, afastando o óbice relativo à CAT por se tratar de **mera referência ao representante**; ou, subsidiariamente, ii) **oficiar o CREA/PR para confirmar a PJ** como contratante e **acolher eventual CAT retificada como prova de condição pré-existente**; e iii) **apensar aos autos o “Questionamento 01”**, indicando o dispositivo editalício que embasaria a recusa, sob pena de **inovação vedada**.

(C) Capacidade técnico-operacional da empresa – item 4.7.1 a.1 ($\geq 1.000 \text{ m}^2$)

1. **Somatório e atestado COHAB-CT (parcela concluída – estágio de execução avançado).** A Comissão computou apenas $92,40 \text{ m}^2 + 592,61 \text{ m}^2 = 685,01 \text{ m}^2$. Requer-se a **aceitação do somatório** dos atestados já aceitos **somados ao Atestado COHAB-CT**, referente a unidades com **estrutura concluída e estágio de execução substancialmente adiantado, preexistente** à sessão e com CAT/ART correlatas. Além da **parcela estrutural**, o referido atestado comprova, de forma **expressa e verificável** na documentação de habilitação apresentada, a execução dos seguintes sistemas e elementos construtivos: (i) **vedações em alvenaria**; (ii) **instalações hidrossanitárias**; (iii) **instalações elétricas**; (iv) **esquadrias**; (v) **execução e assentamento de piso cerâmico**; (vi) **pintura**; e (vii) **cobertura**. Portanto, a metragem a computar — **integral ($533,26 \text{ m}^2$) ou proporcional a 81% ($431,90 \text{ m}^2$)** — corresponde a um **escopo que supera a mera estrutura**, evidenciando **aptidão técnica superior** ao mínimo exigido.
2. **Complexidade superior ao objeto e critério de valoração.** O atestado não acolhido apresenta **complexidade técnica superior** ao objeto licitado, o que reforça a idoneidade da capacidade operacional demonstrada. Em linha com o **RILC/COHAPAR**, é **razoável valorar** serviços similares de **complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**. Ademais, a jurisprudência do TCU orienta **permitir o somatório** quando não for imprescindível atestado único, prestigiando a competitividade e a isonomia. **Pedido específico (C):** i) **computar** os atestados pelo **somatório ($\geq 1.000 \text{ m}^2$)** e **considerar o COHAB-CT na parcela concluída — não apenas pela estrutura, mas também pelas vedações em alvenaria, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, esquadrias, piso cerâmico, pintura e cobertura —** nos termos da **documentação de habilitação**; subsidiariamente, ii) **abrir diligência para juntada/valoração da documentação complementar** constante dos autos (planilhas, memoriais, atestados e CAT/ART).

IV – Pedidos finais

• **Conhecimento e provimento** do recurso para **reformular a decisão e habilitar** a ATS, com base: (A) na prova pré-existente de que o Projeto Estrutural inclui o Projeto de Fundações; (B) no reconhecimento dos atestados do profissional João Alberto Menon

emitidos por PJ (IRAVEL); (C) no somatório de atestados e na valoração do COHAB-CT na parcela concluída (**estrutura + vedações, instalações, esquadrias, piso cerâmico, pintura e cobertura**); (D) no Termo de Compromisso (Anexo I-D) já saneado.

- **Subsidiariamente**, caso remanesça dúvida estritamente formal, **diligência complementar** para: (i) exibição das pranchas/memorais de fundações; (ii) ofício ao CREA/PR visando confirmação da PJ contratante (IRAVEL) e acolhimento de eventual CAT retificada; (iii) **valoração da documentação de execução** já constante dos autos (planilhas, memoriais, atestados e CAT/ART).

- **Efeito suspensivo** até a decisão final, à luz do art. 59 da Lei 13.303/2016 e do formalismo moderado.


- **Reconsideração** pela Comissão; **não acolhido**, remessa à **Autoridade Competente** para reapreciação (recurso hierárquico interno), preservadas as medidas cabíveis.

Curitiba/PR, **09 de setembro de 2025**.

ATS ENGENHARIA LTDA

Alberto Nicolau Borges Schinemann – (42) 9 9909-9268

Carlos Alexandre Tonin – (41) 9 8805-1534

Documento assinado digitalmente
 **ALBERTO NICOLAU BORGES SCHINEMANN**
Data: 09/09/2025 17:20:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alberto Nicolau Borges Schinemann
CPF: 072.916.649-00
Sócio Administrador ATS Engenharia